



**Viçosa
do Ceará**
P R E F E I T U R A

**Muito
mais
conquistas**



2º CONTRATO Nº 25051413-SESA, QUE FAZEM ENTRE SI A O MUNICÍPIO DE VIÇOSA DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE, E A EMPRESA DROGAFONTE LTDA., PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

O **MUNICÍPIO DE VIÇOSA DO CEARÁ**, através da SECRETARIA DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o Nº 11.787.351/0001-00, com sede à Rua Padre José Beviláqua, nº 642, bairro Centro, na cidade de Viçosa do Ceará, estado do Ceará, através da SECRETARIA DE SAÚDE, neste ato representada pela Sra. FÁTIMA CINTYA SÁ PITOMBEIRA DA CUNHA, investida como Secretária de Saúde, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 766.617.763-15 e RG sob o nº 92025022433 SSP/CE, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **DROGAFONTE LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 08.778.201/0001-26, com sede à Rod. BR 101 Norte, S/N, Km 56 6 galpão 01 galpão 02, bairro Jardim Paulista, na cidade de Paulista, estado de Pernambuco, CEP 53.409-260, fone: (81) 2102.1819, e-mail: pregaoeletronico@drogafonte.com.br, neste ato representada pela procuradora Sra. Maria Emilia de Souza Ferraz, inscrita no CPF nº 056.537.014-67 e identidade nº 635.326-2 SDS/PE, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 04/2024-SESA/SRP e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Municipal Nº 080, de 28 de março de 2023, e alterações, e no Decreto nº 282, de 28 novembro de 2024, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024-SESA/SRP, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, MEDICAMENTOS E MATERIAL DE RAIOS X, decorrente da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07.04/2024-SESA/SRP, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, MEDICAMENTOS E MATERIAL DE RAIOS X**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- A) O Termo de Referência/Estudo Técnico Preliminar;
- B) O Edital da Licitação;
- C) A Proposta do contratado;
- D) Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- E) O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:



**Viçosa
do Ceará**
PREFEITURA

**Muito
mais
conquistas**



3.1.1. O prazo de execução do objeto contratual até **12 (doze) meses**, contado a partir do recebimento da primeira ordem de compra ou instrumento equivalente.

3.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Condições de execução:

3.2.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.2.1.1. Início da execução do objeto dar-se à da emissão da ordem de compra ou da assinatura do contrato o que ocorre primeiro;

3.2.2. LOCAIS DE ENTREGA: ALMOXARIFADO do Hospital e Maternidade Municipal de Viçosa do Ceará, localizada à Avenida José Figueira s/n – Centro de Viçosa do Ceará – CE, e/ou no local determinado na ORDEM DE FORNECIMENTO / AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

3.2.2.1. **CONDIÇÕES DE ENTREGA:** As entregas deverão ser realizadas em dias úteis, nos horários das 08h30min às 11h00min e das 13h00min às 16h30min.

3.2.2.2. **PRAZO DE ENTREGA:** As entregas serão parceladas conforme a necessidade da Secretaria Requisitante, sendo que os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis a contar da autorização de fornecimento.

3.2.3. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante será notificada e deverá reparar de maneira imediata, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

3.2.3.1. O produto a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

3.3. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

3.3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.3.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos nos termos da art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

3.3.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.3.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados nos termos da art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

3.3.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.3.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.3.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.3.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

3.3.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.



3.3.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.3.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.3.8.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.3.8.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.3.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.3.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

3.3.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 218.672,45 (duzentos e dezoito mil seiscientos e setenta e dois reais e quarenta e cinco centavos)**:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	MARCA	UNID.	HM MVC	SMC	CAPS	QUAN TOTAL	V. UNIT.	V. TOTAL
				0705-2.077	0705-2.076	0705-2.078			
27	ATADURA GESSADA (15CM), CONFECCIONADA EM TECIDO TIPO GIRO INGLES OU GAZE COMUM. O GESSO QUE ENTRA NA FORMAÇÃO DA ATADURA DEVERA SER TRATADO COM COMPONENTES QUÍMICOS DEVIDAMENTE DOSADOS PARA TORNÁ-LO	CREMER-SC (SC)	ROLO	100			100	2,60	260,00



	EFETIVO NA SUA UTILIZAÇÃO E UNIFORMEMENTE E DISTRIBUIDO EM SUA SUPERFÍCIE, ENROLADO DE FORMA CONTÍNUA SOBRE UM DISPOSITIVO RÍGIDO ABRANGENDO TODA LARGURA; COM PÓ DE SECAGEM DE 5 A 6 MINUTOS APROXIMADAMENTE, MEDINDO 15 CM DE LARGURA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM INVOLUCRO APROPRIADO CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA QUE DEVE SER NACIONAL.								
293	ACETILCISTEÍNA 40MG/ML FRASCO 120ML	LAPON (PE)	FRASCO	1.000			1.000	4,20	4.200,00
295	ACICLOVIR 200MG COMPRIMIDO	CIMED (MG)	COMPRIMIDO	600			600	0,16	96,00
296	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG COMPRIMIDO	IMEC (PE)	COMPRIMIDO	3.000			3.000	0,03	90,00
299	ÁCIDO FÓLICO 5MG COMPRIMIDO	HIPOLABOR-MG (MG)	COMPRIMIDO	800			800	0,04	32,00
307	ADRENALINA 1MG/ML AMPOLA 1ML	HIPOLABOR-MG (MG)	AMPOLA	1.500			1.500	0,86	1.290,00
312	ALBENDAZOL 4% SUSPENSÃO ORAL FRASCO DE 10ML	GEOLABGO (GO)	FRASCO	150			150	1,12	168,00



**Viçosa
do Ceará**
PREFEITURA

**Muito
mais
conquistas**



327	AMITRIPTILINA 25MG COMPRIMIDO PORTARIA 344/98	BRAINFA MA/NEO QUIMICA (GO)	COMPRI MIDO	200	125.000		125.200	0,04	5.008,00
331	AMOXICILINA 250MG/5ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL FRASCO DE 150ML	CIMED (MG)	FRASC O	200			200	5,50	1.100,00
332	AMOXICILINA 500MG	CIMED (MG)	CÁPSUL A	3.000			3.000	0,20	600,00
334	ANLODIPINO 5MG COMPRIMIDO	GEOLAB- GO (GO)	COMPRI MIDO	1.000			1.000	0,03	30,00
342	ATROPINA (SULFATO) 0,25MG/ML AMPOLA DE 1ML	FARMACE- CE (CE)	AMPOL A	1.200			1.200	0,80	960,00
343	AZITROMICINA 500MG COMPRIMIDO	CIMED (MG)	COMPRI MIDO	7.000			7.000	0,80	5.600,00
365	BROMETO DE N- BUTILESCOPOLA MINA + DIPIRONA 6,67+33,4MG/ML GOTAS FRASCO COM 20ML.	BELFAR (MG)	FRASC O	800			800	6,00	4.800,00
382	CAPTOPRIL 25MG COMPRIMIDO	CIMED (MG)	COMPRI MIDO	8.000			8.000	0,02	160,00
384	CARBAMAZEPIN A 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100ML PORTARIA 344/98	HIPOLABO R-MG (MG)	FRASC O	30			30	7,70	231,00
404	CETOCONAZOL 20MG/G – CREME DERMATOLOGIC O 30G	CIMED (MG)	BISNAG A	150			150	3,30	495,00
416	CIPROFLOXACIN O 200MG/100ML INJETÁVEL AMPOLA DE 100ML	HALEX ISTAR (GO)	AMPOL A	3.000			3.000	7,30	21.900,00
417	CIPROFLOXACIN O 500 MG COMPRIMIDO	PRATI DONADUZ ZI-PR (PR)	COMPRI MIDO	4.000			4.000	0,19	760,00
427	CLONAZEPAM 2MG COMPRIMIDO PORTARIA 344/98	GEOLAB- GO (GO)	COMPRI MIDO	200		66.000	66.200	0,05	3.310,00



438	CLORPROMAZIN A 100MG COMPRIMIDO PORTARIA 344/98	UNIAO QUIMICA (DF)	COMPRI MIDO	200		13.000	13.200	0,28	3.696,00
440	CLORPROMAZIN A 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS	CRISTALI A-SP (SP)	FRASC O			90	90	6,90	621,00
452	COMPLEXO B INJETÁVEL AMPOLA 2ML	HYPOFAR MA-MG (MG)	AMPOL A	14.00 0	200		14.200	1,07	15.194,00
463	DEXAMETASONA 4MG/ML INJETÁVEL AMPOLA DE 2,5ML	HYPOFAR MA-MG (MG)	AMPOL A	20.00 0	200		20.200	0,95	19.190,00
465	DEXCLORFENIRA MINA SOLUÇÃO 2MG/5ML COM 100 ML	HIPOLABO R-MG (MG)	FRASC O	50			50	1,90	95,00
466	DIAZEPAM 10MG COMPRIMIDO	SANTISA- SP (SP)	COMPRI MIDO	2.000		22.000	24.000	0,05	1.200,00
477	DIMETICONA 40MG COMPRIMIDO	BELFAR (MG)	COMPRI MIDO	800			800	0,12	96,00
483	DIPIRONA 500MG/ML INJETÁVEL AMPOLA DE 2ML	HYPOFAR MA-MG (MG)	AMPOL A	24.00 0			24.000	0,65	15.600,00
500	ENALAPRIL 20MG	CIMED (MG)	COMPRI MIDO	1.000			1.000	0,04	40,00
506	ESPIRONOLACTO NA 100MG COMPRIMIDO	HIPOLABO R-MG (MG)	COMPRI MIDO	1.000			1.000	0,65	650,00
509	ETOMIDATO 2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10ML	CRISTALI A-SP (SP)	AMPOL A	300			300	14,00	4.200,00
515	FENOBARBITAL 100MG COMPRIMIDO PORTARIA 344/98	CRISTALI A-SP (SP)	COMPRI MIDO	400			400	0,12	48,00
519	FENTANILA (CITRATO) FRASCO 78,5MCG/ML AMPOLA C/ 2ML SEM CONSERVANTES PORTARIA 344/98	HIPOLABO R-MG (MG)	AMPOL A	2.000			2.000	2,09	4.180,00



527	FLUCONAZOL 150MG COMPRIMIDO	BELFAR (MG)	CÁPSUL A	200			200	0,41	82,00
535	FUROSEMIDA 10MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2ML	HYPOFAR MA-MG (MG)	AMPOL A	4.000			4.000	0,70	2.800,00
536	FUROSEMIDA 40 MG COMPRIMIDO	PRATI DONADUZ ZI-PR (PR)	COMPRI MIDO	2.000			2.000	0,05	100,00
542	GENTAMICINA 80MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA 2ML	HYPOFAR MA-MG (MG)	AMPOL A	3.000			3.000	1,03	3.090,00
543	GLIBENCLAMIDA 5MG COMPRIMIDO	GEOLAB- GO (GO)	COMPRI MIDO	800			800	0,04	32,00
554	HALOPERIDOL 1MG COMPRIMIDO PORTARIA 344/98	CRISTALI A-SP (SP)	COMPRI MIDO	400		6.000	6.400	0,18	1.152,00
555	HALOPERIDOL 5MG COMPRIMIDO PORTARIA 344/98	CRISTALI A-SP (SP)	COMPRI MIDO	200		15.500	15.700	0,13	2.041,00
556	HALOPERIDOL 2MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS FRASCO 20ML PORTARIA 344/98	UNIAO QUIMICA (DF)	FRASC O			85	85	3,97	337,45
557	HALOPERIDOL 5MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 1ML PORTARIA 344/98	UNIAO QUIMICA (DF)	AMPOL A	800			800	1,80	1.440,00
562	HIDROCLOROTIA ZIDA 25 MG COMPRIMIDO	CIMED (MG)	COMPRI MIDO	4.000			4.000	0,02	80,00
573	IPRATRÓPIO (BROMETO) SOLUÇÃO P/ INALAÇÃO A 0,025% FRASCO C/ 20ML.	HIPOLABO R-MG (MG)	FRASC O	400			400	1,10	440,00
582	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRASCO COM 120ML	MAYBEN (SC)	FRASC O	100			100	4,50	450,00
589	LEVOFLOXACIN O 500MG INJETÁVEL	HALEX ISTAR (GO)	AMPOL A	1.000			1.000	7,44	7.440,00



590	LEVOMEPROMAZ INA 100MG COMPRIMIDO PORTARIA 344/98	HIPOLABO R-MG (MG)	COMPRI MIDO			10.500	10.500	0,77	8.085,00
591	LEVOMEPROMAZ INA 25MG COMPRIMIDO PORTARIA 344/98	CRISTALI A-SP (SP)	COMPRI MIDO			14.300	14.300	0,48	6.864,00
599	LIDOCAÍNA (CLORIDRATO) 2% S/ EPINEFRINA FRASCO- AMPOLA DE 20ML	HIPOLABO R-MG (MG)	FRASC O- AMPOL A	1.500			1.500	4,70	7.050,00
603	LORATADINA 10MG COMPRIMIDO	CIMED (MG)	COMPRI MIDO	3.000			3.000	0,07	210,00
604	LORATADINA 1MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO DE 100ML	CIMED (MG)	FRASC O	300			300	3,00	900,00
613	METFORMINA 500MG COMPRIMIDO	PRATI DONADUZ ZI-PR (PR)	COMPRI MIDO	3.000			3.000	0,12	360,00
615	METILDOPA 250MG COMPRIMIDO	HIPOLABO R-MG (MG)	COMPRI MIDO	1.000			1.000	0,50	500,00
619	METOCLOPRAMI DA 10MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA DE 2ML	FARMACE- CE (CE)	AMPOL A	10.00 0			10.000	0,75	7.500,00
620	METOCLOPRAMI DA 4MG/ML GOTAS FRASCO DE 10ML	AIRELA (SC)	FRASC O	100			100	1,90	190,00
623	METRONIDAZOL 10% CREME VAGINAL BISNAGA DE 50G	PRATI DONADUZ ZI-PR (PR)	BISNAG A	100			100	6,20	620,00
625	METRONIDAZOL 250MG COMPRIMIDO	PRATI DONADUZ ZI-PR (PR)	COMPRI MIDO	2.000			2.000	0,19	380,00
626	METRONIDAZOL 500MG/100ML INJETÁVEL AMPOLA 100ML	HALEX ISTAR (GO)	AMPOL A	3.000			3.000	5,10	15.300,00
627	MICONAZOL 2% CREME DERMATOLÓGIC O BISNAGA 28G	HIPOLABO R-MG (MG)	BISNAG A	250			250	2,70	675,00



628	MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80G	PRATI DONADUZ ZI-PR (PR)	BISNAG A	100			100	9,00	900,00
630	MIDAZOLAM 5MG/ML INJETÁVEL AMPOLA DE 10ML PORTARIA 344/98	HIPOLABO R-MG (MG)	AMPOL A	600			600	3,00	1.800,00
639	MORFINA (SULFATO) 0,2MG/ML (PARA RAQUIANESTESI A) AMPOLA DE 1ML PORTARIA 344/98	UNIAO QUIMICA (DF)	AMPOL A	1.000			1.000	4,00	4.000,00
646	NEOMICINA + BACITRACINA 5MG+250UI/G POMADA 10G	PRATI DONADUZ ZI-PR (PR)	BISNAG A	800	120		920	2,30	2.116,00
649	NIFEDIPINA 20MG COMPRIMIDO	BRAINFA RMA/NEO QUIMICA (GO)	COMPRI MIDO	1.000			1.000	0,09	90,00
650	NIMESULIDA 100 MG CAIXA COM 12 COMPRIMIDOS	CIMED (MG)	CAIXA	200			200	1,06	212,00
653	NISTATINA + ÓXIDO DE ZINCO 10.000U.I./G + 200MG/G – POMADA 60G	CIMED (MG)	BISNAG A	200			200	7,82	1.564,00
666	OMEPRAZOL 20MG CÁPSULA (EMBALADOS INDIVIDUALMEN TE EM BLISTER)	CIFARMA- GO (GO)	CÁPSUL A	8.000			8.000	0,06	480,00
711	PROMETAZINA 25MG COMPRIMIDO	CRISTALI A-SP (SP)	COMPRI MIDO	800			800	0,15	120,00
716	PROPRANOLOL 40MG COMPRIMIDO	HIPOLABO R-MG (MG)	COMPRI MIDO	800			800	0,03	24,00
724	RISPERIDONA 1MG COMPRIMIDO PORTARIA 344/98	GEOLAB- GO (GO)	COMPRI MIDO			38.500	38.500	0,10	3.850,00
726	RISPERIDONA 3MG PORTARIA 344/98	GEOLAB- GO (GO)	COMPRI MIDO			42.500	42.500	0,16	6.800,00
727	RISPERIDONA 1MG/ML SOLUÇÃO ORAL	PRATI DONADUZ ZI-PR (PR)	FRASC O			850	850	9,00	7.650,00



	FRASCO 30ML PORTARIA 344/98								
731	ROCURÔNIO (BROMETO) 10MG/ML AMPOLA DE 5ML	UNIAO QUIMICA (DF)	AMPOL A	200			200	12,50	2.500,00
748	SINVASTATINA 20MG COMPRIMIDO	CIMED (MG)	COMPRI MIDO	800			800	0,06	48,00
749	SINVASTATINA 40MG COMPRIMIDO	CIMED (MG)	COMPRI MIDO	800			800	0,11	88,00
763	SULFAMETOXAZ OL + TRIMETOPRIMA 400MG + 80MG COMPRIMIDO	PRATI DONADUZ ZI-PR (PR)	COMPRI MIDO	1.400			1.400	0,20	280,00
784	VANCOMICINA 500MG PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL	BLAU FARMACÊ UTICA S.A (SP)	FRASC O- AMPOL A	400			400	5,33	2.132,00
VALOR TOTAL R\$									218.672,45

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, incluindo o fornecimento de veículos convencionais, abastecidos de combustível com toda a manutenção corretiva e preventiva inclusa, com um operador qualificado, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

a) a nota fiscal fatura serviço – NFFS deverá estar acompanhada do relatório de execução dos serviços devidamente atestado pela unidade contratante, referente ao mês do faturamento, devidamente assinados pelas partes.

6.1.1. As notas fiscais de serviços ou faturas serão encaminhadas para a Unidade do CONTRATANTE:

6.1.1.1. A administração da Unidade adotará providências junto ao fiscal do contrato, visando a atestação da execução do serviço.

6.1.1.2. O fiscal do contrato registrará, nas notas fiscais de serviço ou fatura, as ocorrências que importem em glosa de valores, iniciando o motivo e o valor a ser glosado, devendo observar as condições ajustadas.

6.1.1.3. As notas fiscais de serviço ou faturas, depois de atestadas, deverão ser devolvidas pela Secretaria de Saúde, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado do recebimento do documento.

6.2. Recebimento do objeto:

6.2.1. Os bens, materiais e produtos, serão recebidos:

6.2.2. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 03 (dias) dias do recebimento provisório.

6.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o **recebimento definitivo** no dia do esgotamento do prazo.

6.2.2.3. Não serão aceitas as notas fiscais que forem faturadas em desconformidade com a Ordem de Fornecimento.



**Viçosa
do Ceará**
P R E F E I T U R A

**Muito
mais
conquistas**



6.2.2.4. Os bens poderão rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta.

6.2.2.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato.

6.3. Liquidação

6.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.3.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e de seus créditos.

6.3.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.4. Prazo de pagamento:

6.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.

6.4.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M/FGV de correção monetária.

6.5. Forma de pagamento:

6.5.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, a ser indicado pelo mesmo.

6.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.5.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.5.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 19/12/2024.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM/FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para



reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo mesmo, designando como Fiscal de Contrato a Sra. Maria Carliane Carvalho Batista, inscrita no CPF: ***.928.933-**, e como Gestor de Contrato o Sr. Leandro dos Santos Menezes, inscrito no CPF sob o nº ***.166.664-**;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8. A Administração terá o prazo de 15 dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme o caso.

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou



**Viçosa
do Ceará**
PREFEITURA

**Muito
mais
conquistas**



acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) deixar de apresentar amostra;

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

i) fraudar a licitação;

12.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

A) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

B) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

C) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

D) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

E) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.4. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



**Viçosa
do Ceará**
PREFEITURA

**Muito
mais
conquistas**



- A) . advertência;
B) . multa;
C) . impedimento de licitar e contratar e
D) . declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.5. Na aplicação das sanções serão considerados:
12.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
12.5.2. as peculiaridades do caso concreto
12.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
12.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
12.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
12.6.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.2 “a” até “c”, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
12.6.2. Para as infrações previstas nos itens 12.2. “d” até “i” e as do item 12.3, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.2., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.3., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.2. “h” e “i” e que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a atade registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.2, caracterizarão descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 12.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)



13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atuado na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação serão oneradas a seguinte dotação orçamentária do programa para o exercício de 2025 e subsequente:

Dotação Orçamentária	Elemento de Despesas
0705 Depto. Atenção Sec./ Terc. 10 302 0176 2.077 Manutenção e Funcionamento do Hospital	3.3.90.30.00 Material de Consumo
0705 Depto. Atenção Sec./ Terc. 10 302 0176 2.076 Manutenção Saúde Melhor em Casa - EMAD	
0705 Depto. Atenção Sec./ Terc. 10 302 0176 2.078 Manutenção de Unid. Saúde (CAPS I e II)	

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de



**Viçosa
do Ceará**
PREFEITURA

**Muito
mais
conquistas**



seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. As partes elegem o Foro de Viçosa do Ceará, Estado do Ceará, para dirimir qualquer conflito ou litígio desta relação contratual celebrado entre as partes, com renúncia expressa a qualquer outro mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Viçosa do Ceará-CE, 14 de maio de 2025.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

FÁTIMA CINTYA SÁ PITOMBEIRA DA CUNHA
SECRETÁRIA DE SAÚDE

DROGAFONTE LTDA.
Maria Emilia de Souza Ferraz
Procuradora

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



**Viçosa
do Ceará**
PREFEITURA

**Muito
mais
conquistas**



EXTRATO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA DO CEARÁ - CE TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO 2º CONTRATO Nº 25051413-SESA, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024-SESA/SRP.

UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATANTE: SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADA: DROGAFONTE LTDA., INSCRITA NO CNPJ Nº 08.778.201/0001-26.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, MEDICAMENTOS E MATERIAL DE RAIOS X.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO.

VALOR GLOBAL: R\$ 218.672,45 (DUZENTOS E DEZOITO MIL SEISCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS).

ASSINA PELA CONTRATADA: MARIA EMILIA DE SOUZA FERRAZ.

ASSINA PELA CONTRATANTE: FÁTIMA CINTYA SÁ PITOMBEIRA DA CUNHA.

VIÇOSA DO CEARÁ-CE, 14 DE MAIO DE 2025.

FÁTIMA CINTYA SÁ PITOMBEIRA DA CUNHA
SECRETÁRIA DE SAÚDE



**Viçosa
do Ceará**
PREFEITURA

**Muito
mais
conquistas**



CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO DE EXTRATO CONTRATUAL

CERTIFICAMOS QUE O EXTRATO DO 2º CONTRATO Nº 25051413-SESA, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024-SESA/SRP, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, MEDICAMENTOS E MATERIAL DE RAIOS X, FOI AFIIXADO NO FLANELÓGRAFO DESTA PREFEITURA, CONFORME ESTABELECE A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

VIÇOSA DO CEARÁ-CE, 14 DE MAIO DE 2025.

FÁTIMA CINTYA SÁ PITOMBEIRA DA CUNHA
SECRETÁRIA DE SAÚDE